



REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Capítulo I

Do objetivo

Art. 1º - O Programa de Assistência Educacional da Universidade Franciscana para estudantes dos cursos de graduação, executado nos estritos limites das disponibilidades financeiras da Instituição destinados a tal fim, tem por objetivo possibilitar o acesso à educação na forma delimitada pela legislação vigente a estudantes de comprovada insuficiência financeira e/ou em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhe formação e capacitação profissional e integração no mercado de trabalho.

§1º - O eventual benefício de Assistência Educacional da Universidade Franciscana ao estudante beneficiado por Programa de Crédito Educativo ou Financiamento Estudantil será proporcional à parcela dos encargos suportados pelo mesmo.

§2º - O benefício da Assistência Educacional fica vinculado ao curso no qual o estudante beneficiado estiver matriculado, no momento da concessão.

Capítulo II

Da Inscrição

Art. 2º - A inscrição é disciplinada por edital, que determina o período, requisitos e documentação exigida.

Art. 3º - São condições para a inscrição:

- a) para estudantes de curso de graduação não ser portador de diploma de curso superior;
- b) completar devidamente as informações da ficha socioeconômica conforme o especificado no edital, disponível no site da Universidade Franciscana;
- c) entregar a ficha socioeconômica com cópia legível e fidedigna da documentação, no prazo estabelecido.

Capítulo III

Da Documentação

Art. 4º - Devem ser anexados à ficha socioeconômica os seguintes documentos:

- a) cópia da carteira de identidade e CPF do estudante e dos demais componentes do grupo familiar e, no caso de menor de 18 anos apenas cópia da certidão de nascimento;
- b) em caso de óbito dos pais ou do cônjuge do estudante, cópia da certidão de óbito caso não conste no grupo familiar por esta razão;
- c) em caso de separação ou divórcio dos pais ou do estudante, cópia de documento comprobatório e da sentença que determina o valor recebido da pensão ao ex-cônjuge e/ou filho(s).

Art. 5º - Para a comprovação de rendimentos, anexar:

I – Se empresário:

- a) cópia de documento constitutivo da empresa (contrato social ou Declaração Registro de Firma);
- b) declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do último ano base;
- c) declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos – DECORE, devidamente assinada por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, contendo:
 - c.1. os valores referentes a pró-labores auferidos nos últimos seis meses;
 - c.2. valores relativos a lucros e/ou dividendos recebidos no exercício em curso e imediatamente anterior.

II – Se produtor rural ou agricultor:

- a) cópia da Declaração de Renda de Pessoa Física com Anexo Rural do último ano base;
- b) cópia das notas fiscais de produtor do ano em curso;
- c) declaração do Sindicato Rural com especificação dos rendimentos anuais.

III – Se profissional liberal ou autônomo: cópia de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE, assinada por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, constando a remuneração dos últimos seis meses ou Declaração de Imposto de Renda referente ao último exercício ou ainda, guia de recolhimento do INSS referente aos últimos três meses.

IV – Se aposentado ou pensionista:

- a) cópia de comprovante de recebimento do benefício referente ao último mês, fornecido pela agência do INSS ou extrato de pagamento do benefício;
- b) cópia de carteira de trabalho e previdência social – CTPS, da página de identificação à página imediatamente subsequente ao último contrato de trabalho.

V – Se empregado: cópia dos três últimos contracheques.

VI – Se estagiário: cópia do contrato vigente e comprovante do valor da bolsa.

VII – Se trabalhador informal:

- a) declaração do valor médio mensal percebido, com firma reconhecida em cartório por autenticidade e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, desde a página de identificação até a página imediatamente subsequente ao último contrato de trabalho;
- b) guia de recolhimento do INSS dos últimos três meses.

VIII – Se rendimentos auferidos do patrimônio: contrato de locação ou de arrendamento com firma reconhecida ou registrado em cartório, acompanhados dos três últimos comprovantes de receita.

IX – Se sem rendimentos: os integrantes do grupo familiar, a partir dos 18 anos, que não tiverem rendimentos, deverão apresentar cópia da Carteira de Trabalho e

Previdência Social – CTPS, desde a página de identificação até a página imediatamente subsequente ao último contrato de trabalho ou declaração com firma reconhecida em cartório de que não possui rendimentos.

- X – Se auxiliado por terceiros (avós, tios ou outra pessoa):** comprovante do auxílio, como recibo de depósitos efetuados em conta corrente do estudante ou de outro membro do grupo familiar (declaração do valor recebido como auxílio, com firma reconhecida e comprovante do Imposto de Renda de quem fornece o auxílio).

Art. 6º - Para a comprovação de Imposto de Renda, anexar:

- I – Se declarante de Imposto de Renda:** cópia da declaração de imposto de renda do último exercício, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil.
- II – Integrante do grupo familiar maior de 18 anos isento da declaração de Imposto de renda:** Declaração de Bens e Rendimentos com firma reconhecida anexa à ficha socioeconômica.
- III – Integrante do grupo familiar dependente de declarante de Imposto de Renda:** cópia da declaração de imposto de renda do último exercício, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil.

Art. 7º - Para comprovante de moradia, anexar:

- a) **casa própria:** cópia da conta de água, luz ou telefone fixo;
- b) **casa financiada:** cópia do último recibo de pagamento do imóvel e da conta de água, luz ou telefone fixo;
- c) **casa alugada:** cópia do contrato de locação do imóvel, do recibo do último aluguel da casa e da conta de água, luz ou telefone fixo;
- d) **mora de favor ou em casa cedida:** declaração do proprietário com reconhecimento de firma e cópia da identidade deste e de um comprovante de residência: contas de água, luz ou telefone.

Art. 8º - Para casos de doença grave ou portador de necessidades especiais ou doença crônica no grupo familiar que exija cuidados especiais, anexar atestado médico comprobatório ou cópia de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, quando for o caso.

Art. 9º - Para pagamento de pensão alimentícia, anexar cópia de decisão judicial que determina o pagamento de pensão e recibo e/ou comprovante de depósito no valor correspondente ao pagamento.

Art. 10 - Para casos de outro membro do grupo familiar que estude em instituição de ensino privada anexar comprovante de matrícula e de mensalidade.

Capítulo IV

Da Classificação

Art. 11 - Será classificado o candidato, em ordem de carência, que atender aos requisitos segundo o Índice de Classificação (IC), obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

IC = [(RB - PA) x MO x DG x IP] ÷ GF em que:

RB = Renda bruta mensal do grupo familiar

PA = Pensão alimentícia

MO = Moradia do grupo familiar:

- Própria: MO = 1
- Alugada ou financiada: MO = 0,7

DG = Doença grave e/ou portador de necessidades no grupo familiar:

- Existe no grupo familiar: DG = 0,8
- Não existe no grupo familiar: DG = 1

IP = Outro integrante do grupo familiar estuda em instituição de ensino privada:

- Somente o estudante cursa em instituição particular: IP = 1
- Outro integrante do grupo familiar estuda em instituição particular: IG = 0,8

§ 1º - O grupo familiar (GF) é constituído pelas pessoas que residem na mesma moradia (com exceção do estudante que poderá residir em outro endereço), dependem da mesma renda e são relacionadas ao estudante nos seguintes graus de parentesco: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(s), enteado(s), irmão(s), avô(ós).

§ 2º - Renda bruta mensal do grupo familiar é entendida pelo somatório dos valores brutos de salários, proventos, pensões, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, rendimentos de trabalho não assalariado, rendimentos de aplicações financeiras, rendimentos do mercado informal ou autônomo e rendimentos de patrimônio ou outros, de todos os integrantes do grupo familiar, incluindo o do estudante.

Art. 12 - O valor da assistência educacional concedido corresponderá ao percentual de desconto de 50% ou 100% sobre o valor dos encargos educacionais do estudante.

Parágrafo único - O percentual de desconto da Assistência Educacional é concedido por prazo determinado, podendo ser renovado conforme Edital.

Art. 13 - Será indeferido o processo que:

- a) não atender o(s) requisito(s) estabelecido(s) no edital;
- b) a renda bruta do grupo familiar declarada não for condizente com seu padrão de vida e de consumo;
- c) não atender o(s) objetivo(s) do Programa de Assistência Educacional, estabelecidos no art. 1º;
- d) apresentar documentação incompleta, inidônea ou fraudulenta.

Art. 14 - Em caso de empate no índice de classificação (IC), o desempate dar-se-á priorizando o candidato que corresponde aos seguintes critérios:

- a) doença grave ou portador de necessidades especiais no grupo familiar;
- b) residência não própria do grupo familiar;
- c) estudante com maior número de semestres do curso já concluídos.

Art. 15 - A Comissão de Seleção e Acompanhamento de Assistência Educacional pode convocar o estudante para entrevista e tem a prerrogativa de solicitar os documentos que julgar necessário à comprovação de informações.

Parágrafo único - O não comparecimento à entrevista, salvo justificativa fundamentada, desclassifica o candidato ou cancela o benefício.

Capítulo V

Da Comissão

Art. 16 - O Programa de Assistência Educacional da Universidade Franciscana conta com uma Comissão de Seleção e Acompanhamento, constituída por:

- a) um assistente social;
- b) um funcionário do setor financeiro;
- c) um funcionário técnico-administrativo.

Parágrafo único - A Comissão de Seleção e Acompanhamento do Programa de Assistência Educacional é nomeada pelo reitor.

Art. 17 - São atribuições da Comissão de Seleção e Acompanhamento de Assistência Educacional:

- a) analisar os processos e definir o percentual de assistência educacional em relação aos encargos educacionais, de acordo com os critérios estabelecidos;
- b) deferir ou indeferir os pedidos, fundamentando a decisão;
- c) divulgar a relação dos beneficiados com a assistência educacional; d) divulgar a relação de candidatos cujos processos foram indeferidos;
- e) zelar pela veracidade dos dados;
- f) operacionalizar o processo de seleção ao Programa de Assistência Educacional, englobando as atividades de guarda da documentação, visitas domiciliares, agendamento de entrevistas e verificação de denúncias.

Capítulo VI

Da Seleção

Art. 18 - O candidato que atender aos requisitos estabelecidos no índice de classificação para confirmar a vaga ao Programa deve:

- a) ter efetivado a matrícula para o semestre ao qual concorre.
- b) assinar o Termo de Adesão ao Programa de Assistência Educacional da UFN de acordo com o prazo estabelecido em edital.

Capítulo VII

Da Renovação da Assistência Educacional

Art. 19 - O beneficiado pelo Programa de Assistência Educacional da Universidade Franciscana deve atualizar anualmente a ficha socioeconômica, nas condições e prazos estabelecidos pelo edital.

Parágrafo único - O benefício poderá ser renovado, alterado ou cancelado pela Comissão, mediante avaliação das condições do candidato e segundo os limites de recursos financeiros da Instituição para o Programa.

Capítulo VIII

Do Cancelamento

Art. 20 - Constituem causa de cancelamento da assistência educacional:

- a) não efetivação da matrícula no curso em que o estudante foi classificado;
- b) afastamento (desistência, cancelamento, reopção por outro curso, abandono ou conclusão) do curso;
- c) trancamento do curso por mais de dois semestres consecutivos desde o recebimento da assistência educacional;
- d) constatação, a qualquer tempo, de inveracidade de informações e/ou de documentos fornecidos pelo estudante;
- e) não atualização da ficha socioeconômica no prazo estabelecido pelo edital.
- f) não assinatura do Termo de Adesão no prazo estabelecido no edital;
- g) não atendimento ao chamado para entrevista e/ou à entrega de documentos solicitados pela Comissão;
- h) a mudança das condições que determinam a concessão tais como, socioeconômicas do beneficiário ou do grupo familiar, dos recursos do Programa, da política institucional pertinente ou da legislação vigente;
- i) concomitância com outra bolsa de estudo;
- j) aprovação inferior a 75% (setenta e cinco por cento) nas disciplinas cursadas pelo estudante em cada período letivo.

§ 1º - A assistência educacional poderá ser concedida ao estudante somente em um curso que esteja frequentando.

§ 2º - O estudante que obtiver rendimento inferior a 75% poderá apresentar justificativa fundamentada, uma única vez, à Comissão de Seleção e Acompanhamento do Programa de Assistência Educacional da Universidade Franciscana para análise e deliberação.

§ 3º - A data limite para apresentação da justificativa em cada semestre é definida no respectivo edital.

Capítulo IX

Da não transferência da Assistência Educacional

Art. 21 - Ao estudante beneficiado que fizer reopção de curso não será concedida a transferência do benefício da Assistência Educacional para o curso de reopção.

Parágrafo Único – O estudante que se enquadrar no caso a que se refere este artigo poderá concorrer a nova seleção de Assistência Educacional, não significando, no entanto, garantia de obtenção do benefício.

Art. 22 - Ao estudante beneficiado com Assistência Educacional não é permitido o cancelamento de disciplinas após o início do semestre letivo.

Capítulo X

Disposições gerais

Art. 23 - A Assistência Educacional é válida para o semestre indicado no edital, portanto não cobre débitos anteriores do estudante.

Art. 24 - A Assistência Educacional não pode ser transferida a outro estudante.

Art. 25 - A Assistência Educacional aplica-se, exclusivamente, à cobertura de encargos educacionais de disciplinas obrigatórias à integralização curricular do curso, excluindo quaisquer valores referentes a atividades de caráter facultativo.

Art. 26 - Se, no decorrer da vigência da Assistência Educacional, o estudante obtiver crédito educativo ou financiamento estudantil, o benefício não será cancelado. No entanto, no processo seletivo seguinte, o percentual poderá sofrer alteração ou cancelamento.

Art. 27 - Todo estudante matriculado na Universidade Franciscana beneficiado ou não com Assistência Educacional, poderá formalizar denúncia por escrito, dirigida à Comissão de Seleção e Acompanhamento do Programa de Assistência Educacional, sobre possíveis irregularidades no processo de seleção de Assistência Educacional.

Art. 28 - O benefício previsto neste Regulamento é concedido nos termos do respectivo edital e sob condição resolutiva, pelo que não configura direito adquirido de Assistência Educacional ou do seu percentual.

Parágrafo único - O benefício poderá ser extinto ou o seu percentual alterado de acordo com número de postulantes, recursos disponibilizados pela Instituição, política institucional ou tratamento legal pertinente.

Art. 29 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Pró-reitoria de Administração.

Art. 30 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado pela Resolução 12/2014 – Consun

30 de setembro de 2014